

O ENSINO COLONIAL PRÉ-POMBALINO NO BRASIL - 1549 A 1759

Wolmir Amado*

INTRODUÇÃO

As origens do ensino no Brasil têm muito a ver com a vinda dos primeiros jesuítas, no ano 1549. Nos 210 anos seguintes os jesuítas praticamente foram os únicos educadores do país. Assim, como detinham o monopólio da educação, o sistema de ensino ficou profundamente marcado pelos objetivos e pela doutrina dos jesuítas.¹ Aprofundar o ensino jesuítico, porém, exige que se contextualize a condição histórico-política que o tornou possível. Além disso, é preciso detectar o que é peculiar ao projeto colonizador português, seus interesses diferenciados e sua respectiva incidência política. E para uma 'verificação' mais objetiva e precisa deve-se considerar as realidades históricas regionais distintas e a delimitação do corte temporal a partir de um fato histórico significativo. Para melhor cumprirmos estas exigências, tentemos refletir sobre os seguintes aspectos:

- 1º) qual era o projeto colonial dos conquistadores portugueses? Dentro deste amplo projeto de colonização, quais eram os objetivos particulares da Coroa, dos colonos e dos jesuítas? Qual a incidência do projeto colonial dos jesuítas no ensino no Brasil colonial?
- 2º) como foi o ensino colonial brasileiro? Que papel desempenharam os jesuítas neste ensino? Quais suas estratégias, conteúdos e que tipos de escolas havia?
- 3º) como era Goiás neste período? O que poderiam significar os dois jesuítas que estavam em Goiás na época da expulsão feita por Pombal? E mesmo após a independência do Brasil, acaso a Igreja perdeu seu poder (inclusive no ensino)? O que significou para o ensino a expulsão dos jesuítas tanto da Metrópole, quanto da Colônia? Quais as conseqüências da cristandade colonial em nossa formação cultural?

Tentemos, pacientemente, percorrer os múltiplos aspectos destas questões. Elas são nosso itinerário.

* Professor da Universidade Católica de Goiás - Goiânia, GO.

1 BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. 4 ed., São Paulo, Difel, 1984, p. 164-165.

1. O PROJETO COLONIAL DOS CONQUISTADORES PORTUGUESES

A visão portuguesa era, de maneira geral, uma visão colonialista e, conseqüentemente, redutivista. Diferente, porém, era a maneira como a concebiam os jesuítas, a Coroa e os colonos portugueses, embora todas essas visões se articulassem numa mesma sinfonia de colonização.

1.1 O Projeto Colonial da Coroa Portuguesa

A transição da Idade Média à gestação da Idade Moderna foi dolorosa e prolongada. Entre os séculos XIV e XV a crise se abateu sobre toda a Europa: a peste negra, as grandes fomes, as guerras e lutas civis, o banditismo, os motins e as revoltas sociais, a corrupção moral, o cisma e a desagregação religiosa, tudo isso compunha, talvez, uma das maiores crises da Europa.

Com a abertura do Estreito de Gibraltar à navegação, durante o século XIV, Portugal mudou suas rotas comerciais. Porto e Lisboa, duas cidades portuárias, logo começaram a se beneficiar com o comércio. Começou a se fortalecer uma burguesia de comerciantes nacionais e estrangeiros que, logo mais, passaram a ter interesses contrários aos da velha aristocracia militar e agrária. A Tomada de Ceuta, em 1415, inaugurou a expansão marítima portuguesa e através de um longo processo de "conquistas" e "descobertas" foi que, em 1498, Vasco da Gama chegou à Índia. Seis meses depois do retorno de Vasco da Gama, em 9 de março de 1500, Pedro Álvares Cabral, situado no esforço sistemático de exploração do Atlântico Sul, com intenção de se dirigir às Índias (?), descobriu o Brasil como uma ocorrência inevitável.

Em 1500, porém, o Brasil era apenas uma imensa costa hostil, enquanto que a Índia era a fonte e o sonho da riqueza. Em vista disso é que a Coroa portuguesa não deu uma atenção imediata ao Brasil. A freqüência de barcos estrangeiros (não de portugueses) no Brasil, no entanto, fez com que D. João III enviasse missões de repressão à pirataria. Mas logo percebeu que "inspeções-relâmpago" não eram suficientes. Assim, em 1531 foi enviado Martin Afonso de Souza com a missão não só de policiamento, senão também de informação e início de assentamento. E foram as informações enviadas que provocaram a decisão de uma tomada efetiva de posse da terra através do estabelecimento de colônias ao longo da costa.

A crise nas finanças públicas não permitia que Portugal investisse tanto gasto na colonização do Brasil. Então, D. João III utilizou uma experiência já aplicada nas ilhas: a colonização privada através das

capitanias hereditárias. Grandes faixas de terreno eram concedidas pelo Monarca e, em troca, o donatário pagava à Coroa o quinto de ouro, pedras preciosas, monopólio das drogas, especiarias, além do dízimo devido ao Rei como mestre da Ordem de Cristo. E o donatário arcava com todos os gastos de instalação e de colonização. Assim, foram feitas dez doações de 1534 a janeiro de 1536, preenchendo toda a costa do Brasil, desde o Amazonas até o sul de São Vicente.² O "Foral de Duarte Coelho"³, emitido em 24 de setembro de 1534, traçava pormenorizadamente os critérios da doação: obrigação de pagar o dízimo à Ordem do Mestrado de N. S. Jesus Cristo, ser cristão (§ 2), pagar um quinto das jóias encontradas (§ 3), utilizar o pau-brasil, porém sem queimá-lo (§ 4), pagar o dízimo do pescado (§ 5), etc. Assim, sob a guarda destes critérios, o Estado português, tendo o exercício do direito sob os auspícios da divindade católica, fazia suas doações.

"Dom João etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que considerando eu quanto serviço de Deus e meu proveito e bem de meus Reinos e senhorios e dos naturais e súditos deles é ser a minha costa e terra do Brasil mais povoada do que até agora foi assim para se nela haver de celebrar o culto e ofícios divinos e se exaltar a nossa santa fé católica... de se a dita terra povoar e aproveitar por bem de a mandar repartir e ordenar em capitânias de certas em certas léguas para delas prover..."⁴

Povoamento e proteção da terra conquistada eram uma garantia para a manutenção desta conquista. E ainda que o regime de capitânias não tenha sido adequado, em quinze anos conseguiu estabelecer a instalação sólida e definitiva dos portugueses no Brasil.

Para dar mais unidade, centralização e consolidação àquilo que já havia sido adquirido, para dar ajuda às capitânias ameaçadas, para suprimir o tráfico francês, para fazer a construção e fortificação das "cidades", tudo isso urgia que se fizesse a nomeação do governo-geral no Brasil. Com Tomé de Souza (1549-1553) se iniciou esta necessidade imperativa à Coroa portuguesa. E o "Regimento de Antônio Cardoso, Provedor-Mor da Fazenda", emitido em 17 de dezembro de 1548, fala desta primeira nomeação do governador-geral do Brasil e de seu respectivo objetivo.

"(...) Mando ora fazer uma fortaleza na Bahia de Todos-os Santos e prover as outras capitânias, para que daqui em diante possam ser melhor

2 PALACÍN, Luís. *Sociedade Colonial* (1549 a 1599). Goiânia, UFG, 1981, p. 19-28.

3 Cf. "Foral de Duarte Coelho". In: TAPAJÓS, Vicente. *História Administrativa do Brasil*. 2 ed., Serviço de Documentação, Documento n. 8, 1966. vol. II.

4 Cf. a "Carta de Doação da Capitania Hereditária de Pernambuco a Duarte Coelho", emitida em 5 de setembro de 1534, § 1. In: TAPAJÓS, Vicente. *Op. cit.*, Doc. n. 7, p. 193.

povoadas, e a isto ordenei que fosse Tomé de Souza, fidalgo de minha casa, que envio por capitão da dita Bahia e governador de todas as terras do Brasil, e porque as minhas rendas e direitos das ditas terras até aqui não foram arrecadadas como cumpriam, por não haver quem provesse nelas, e daqui em diante espero que com ajuda de Nosso Senhor irão em muito crescimento...".⁵

À obrigação de defesa da terra e envio das rendas devidas ao rei⁶ se acrescentaram, mais tarde, inúmeras outras tarefas ao governador-geral⁷. Também a administração do Brasil colonial se tornou mais complexa a fim de melhor manter o domínio da terra. Além do cargo de governador-geral e capitão, também foram nomeados: oficiais ("Foral de Duarte Coelho", § 1, p. 206 e "Carta de Doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho", p.194), feitor ("Foral...", § 4), almoxarife ("Foral...", § 6), juizes ("Foral...", § 6 e "Carta...", p. 194), tabeliães ("Foral...", § 5), Ouvidor ("Carta...", p. 194), escrivão ("Carta...", p. 201), tesoureiro ("Carta...", p. 201), desembargador ("Carta...", p.201).⁸

Como vemos, o projeto português encampado pela Coroa estava intimamente ligado à expansão comercial e colonial européia. Em vista disso é que havia uma preocupação com a ocupação da terra, com seu povoamento e com sua defesa. Isso, também, era devido ao fato de a expansão ultramarina portuguesa desenrolar-se no amplo quadro da competição entre as várias potências, em busca do equilíbrio europeu. Somente neste contexto é possível compreender o modo como se organizou a Colônia.⁹ E em vista disto é que a Coroa (segundo os "Capítulos de Gabriel

5 Cf. "Regimento de Antônio Cardoso de Barros, Provedor-Mor da Fazenda", § 1. In: TAPAJÓS, Vicente. *Op. cit.*, documento n. 19, p. 270.

6 Cf. o "Regimento de Tomé de Sousa", emitido em 17 de dezembro de 1548. In: TAPAJÓS, Vicente. *Op. cit.*, Documento n. 18.

7 Para maior explicitação das atividades do governador-geral, veja-se o documento "Regimento do Príncipe Regente...", emitido em 23 de janeiro de 1677. In: GUEDES, João Alfredo Libânio. *História Administrativa do Brasil*. DASP, 1962. Vol. IV, documento n. 03, p. 173-196. Também, veja-se o documento "Observações do Vice-Rei D. Fernando José de Portugal ao Regimento de Roque da Costa Barreto", de 23 de janeiro de 1677. In: AVELAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa do Brasil*, DASP, vol. V, 1970, p. 337-396. Para um comentário, veja-se nosso trabalho: "Poderes dos governadores no Brasil Colonial: limitações e possibilidades". Mestrado de História, Goiânia, maio/1988 (no prelo da Rev. Estudos).

8 O elenco da nomeação destes cargos pode ser encontrado ao longo do "Foral de Duarte Coelho" e da "Carta de Doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho", documentos já citados nas notas 3 e 4. Para comentário, veja-se nosso trabalho: "O Modo de Produção nas Capitâncias Hereditárias". Goiânia, março/1988, 16 pp.

9 NOVAIS, Fernando A.. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*, 15 ed., São Paulo, Difel, 1985, p. 47-63. Veja-se, também, o pensamento de Celso Furtado, que acentua a expansão comercial da Europa como principal fator da ocupação econômica das terras americanas, em "Formação Econômica do Brasil". 22 ed., São Paulo, Nacional, 1987, p. 5-8.

Soares de Sousa Contra os Padres da Companhia que Jesus que Residem no Brasil", de 13 de setembro de 1592) se preocupou em manter os padres e os colégios (cf. "Resposta" à 2ª e à 23ª Informação), converter os povos da colônia (cf. "Resposta" à Informação 25), fundar colégios no Brasil (cf. "Resposta" à Informação 27) e garantir o exercício da justiça na terra colonizada (cf. "Resposta" à 37ª Informação).¹⁰ O ensino no Brasil colonial, portanto, situava-se e era mantido pela Coroa em função de seu projeto próprio de colonização. Seria esse o mesmo pensamento dos colonos portugueses no projeto de colonização do Brasil? Vejamos.

1.2 O Projeto Colonial dos Colonos Portugueses

No século XVI havia duas nítidas tendências quanto ao investimento na "nova terra" do Brasil: uma era a tendência colonizadora que visava a exploração com um rápido retorno de rendimento para a metrópole, especialmente através da exploração dos metais preciosos, ou pela comercialização de produtos já prontos na Índia; outra era a tendência que visava uma valorização e rendimento a longo prazo. O documento "Diálogo das Grandezas do Brasil", escrito em 1618, mostra que estas duas tendências estiveram muito presentes nos dois primeiros séculos da colonização, justamente no período do ensino colonial pré-pombalino.¹¹

Segundo Capistrano de Abreu, a economia colonial mantinha o uso da moeda nas relações inter-oceânicas e a permuta ou empréstimo de gêneros nas relações internas. Era, porém, uma economia com uma circulação lenta, irregular e localizada de haveres, com pouca 'divisão de trabalho', com falta de capital e meios para sua formação, com uma dependência da natureza climática, com uma falta de prospectiva, sem obras públicas e com uma 'des-motivação' pelo empreendimento.¹² É sob essa economia que se formula uma mentalidade (ideologia?) mercantilista.

Por mercantilismo podemos entender: a) um capitalismo predominantemente mercantil, um advento do capitalismo industrial; b)

10 Esse documento é uma resposta de um grupo de jesuítas, elaborado em 13 de setembro de 1592, na Bahia de Todos os Santos, às 44 denúncias que Gabriel Soares de Sousa fez contra os Padres da Companhia de Jesus que residiam no Brasil. In: *Anais da Biblioteca do Rio de Janeiro*. 1940. p. 341-381. Vol. LXII

11 Cf. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Col. Clássicos Contemporâneos, n. 14, Rio de Janeiro, 1945. Esse documento se apresenta em forma de diálogo e permite elucidar duas argumentações diferenciadas entre os dois personagens simbólicos: Brandonio e Alviano.

12 Cf. a "introdução" de Capistrano de Abreu feita à obra "Diálogo das Grandezas do Brasil", *Op. cit.*, p. 29-30.

uma forma econômica baseada nos Estados nacionais modernos; c) um 'modo de produção' onde a atividade comercial é a determinante; d) um conjunto de práticas e idéias econômicas que caracterizam a história econômica européia e, principalmente, a política econômica dos Estados modernos europeus durante o século XV-XVI e XVIII-XIX. O Estado moderno era o sujeito e o objeto do mercantilismo, ou seja, o mercantilismo foi a política econômica dos Estados modernos europeus absolutistas.¹³ Topalov diz que o modo como se detecta a natureza do sistema colonial implantado no Brasil pela metrópole portuguesa incide na ação política atual.¹⁴ E essa incidência também recai, é claro, sobre a política educacional atual, advinda de um itinerário histórico e que alternou diferentes modos de dependência do pensamento brasileiro.

A fim de chegarmos a entender por que os colonos portugueses eram contra a Coroa gastar com os colégios dos padres, vejamos qual era seu interesse e projeto de colonização.

1.2.1 A Fertilidade da Terra e o Valor de se Investir

Alguns colonos dos séculos XV-XVII entendiam que a terra do Brasil era boa e havia de dar muitos frutos (Cf. "Diálogo das Grandezas do Brasil", 1º Diálogo, p. 37). Seu clima, também, era considerado muito bom (1º Diálogo, p. 45). Porém, precisava ser cultivada (1º Diálogo, p. 40). E esse cultivo não podia ser apenas de cana-de-açúcar, mas de uma plantação diversificada (1º Diálogo, p. 44).

Outros colonos, no entanto, mais imediatistas na verificação de seu projeto colonial, achavam que a terra era ruim, incapaz de produzir alguma coisa além que cana-de-açúcar.

"(...) Mas antes tenho por sem duvida que o lancarem-se no Brasil seus moradores e fazer assucares é por não acharem a terra capaz de mais benefícios: porque eu a tenho pela mais ruim do mundo..." (1º Diálogo, p. 44).

Contra essa colocação, no entanto, os que defendiam o empreendimento no Brasil objetavam que a causa da carestia não se devia à infertilidade da terra, mas a seus moradores que não eram empenhados no trabalho. Pretendiam apenas enriquecer e logo retornar ao Reino. Além

13 FALCON, Francisco. *Mercantilismo e Transição*. 5 ed., São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 9-12.

14 TOPALOV, Christian. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Trad. de Valter Dutra, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. p. 11-24.

disso, os interesses dos moradores eram muito diversificados: marinheiros-mercadores, oficiais mecânicos e 'assalariados', cada um tinha seu interesse pessoal, sem se preocupar com a terra. Já os poucos que mantinham lavoura tinham escravos a um alto custo e para ter um breve retorno nesse investimento plantavam cana-de-açúcar, que produzia rápido, ao invés de outras plantações cujo investimento seria de retorno demorado. (1º Diálogo, p. 46-47). É importante, aqui, perceber que os negros, para os colonos portugueses, não eram considerados "população", uma vez que não tinham "interesses" econômicos próprios. Essa consideração se aplica a esse caso particular, numa situação de economia escravocrata.

1.2.2 A Exigência de uma Constância no Investimento

A consciência dos colonizadores portugueses se dividia entre os que achavam já ter descoberto e trilhado todos os caminhos da natureza e os que achavam que muita coisa ainda devia ser descoberta, ou seja, não bastava conhecer o "velho mundo" e saber da existência da América; era preciso dar continuidade ao processo de investigação, inclusive investigação do/no Brasil.

"Enganae-vos disso summamente, Sr. Alvino, porque ainda ha muitas coisas para descobrir e segredos não achados que pera em diante se hão de manifestar" (1º Diálogo, p. 38).

1.2.3 Os Povoamentos do Brasil: uma Promissão para o Mercado

O Brasil dos séculos XV a XVII era visto por alguns colonos portugueses como terra promissora também porque nela já se haviam consolidado muitos povoados portugueses, localizados próximo ao "rio da Amazonas", no Pará, etc. E nestas povoações se apreciava que havia "*muitas terras fertilíssimas, povoações, notaveis rios, famosos portos e bahias capacíssimas de se recolherem nelles e nellas grandes armadas*" (1º Diálogo, p. 49).

A descrição pormenorizada que Ambrósio Fernandes Brandão fez das capitanias mostra a importância que alguns colonos e a Coroa davam ao povoamento e ao cultivo da terra (1º Diálogo). Algumas capitanias tinham povoações bastante significativas, embora a população coubesse em cinco Algarismos, segundo Capistrano de Abreu. Essas capitanias tinham muitos conventos de beneditinos, capuchinhos (Cf. Diálogo das Grandezas..., p. 63), jesuítas (p. 64), carmelitas (p. 65), além dos bispados (p.64). Outras possuíam fama pela riqueza e abundância, pelos engenhos,

plantações e criação de gado e aves, pelos mercadores e lojas prósperas e pelas escolas públicas dos jesuítas (1º Diálogo, p. 65)

Além disso, era possível que, no caso da Bahia, fossem pescadas muitas baleias e delas se extraísse o azeite para todo o Brasil (1º Diálogo, p.72). Já a Capitania do Rio de Janeiro possuía um intenso mercado, com boa circulação de moedas (1º Diálogo, p. 75); e a Capitania de São Vicente, devida à facilidade na produção do marmelo, vendia marmelada para todo o país (1º Diálogo, p. 76).

Concluindo, vemos que a preocupação geral dos colonizadores era que o investimento tivesse um bom retorno e, para isso, era preciso investir conhecendo a realidade da colônia. Além disso, era preciso que se aplicasse na terra e no mercado a fim de que a riqueza não acabasse sendo levada pela mão dos estrangeiros, ficando em prejuízo os "naturais da terra" e, conseqüentemente, também a Coroa (3º Diálogo, p. 157ss). Tudo isso compunha uma típica preocupação mercantil, no Brasil colonial dos séculos XV-XVII, voltada para o rendimento das aplicações e para estratégias que agilisassem o retorno daquilo que se investia. Daí a política da:

a) defesa da escravidão.

*"(...) Se não pode sustentar este Estado do Brasil sem haver nele muitos escravos do gentio da terra pera se grangear os engenhos, e fazendas dela, porque sem êste favor despovoar-se-á..."*¹⁵

b) etnocentrismo.

*"(O gentio) não é capaz pera conhecer que coisa é Deus nem crer nele, e teem que não há mais que morrer e viver, pelo que é mal empregado o tempo que se com eles gasta..."*¹⁶

c) oposição aos gastos que a Coroa tinha com os colégios e defesa de que os gastos deviam ser destinados à defesa da terra contra outros povos colonizadores.¹⁷

É claro que os jesuítas não podiam concordar com essa posição política de um segmento dos colonos portugueses. Tentemos ver, então

15 Cf. os "Capítulos de Gabriel Soares...", documento já citado, na 44ª Informação.

16 Ibidem, 33ª Informação.

17 Ibidem, 25ª Informação.

qual era o projeto colonial jesuítico, sua respectiva política e sua incidência na educação colonial.

1.3 O Projeto Colonial dos Jesuítas

Na compreensão dos jesuítas o projeto colonial era sinônimo de "projeto missionário". Sua preocupação era com a evangelização, com a "conquista das almas", não diretamente com a conquista da terra. Em vista disso é que foram formados os aldeamentos, procurando-se uma certa distância entre o mundo indígena (lugar de evangelização) e o mundo colonial (lugar do investimento e da administração da terra). Daí, também, seu esforço em se adaptar aos costumes indígenas. E isso, segundo Hoornaet, criou um clima de evangelização até certo ponto estabelecido pela convivência.¹⁸ É claro que os jesuítas situavam-se no interior do projeto colonial, porém, com interesses e objetivos próprios. Isso os levou, inclusive, a ter boa amizade com os governadores e ouvidores condicionalmente, ou seja, desde que estes não incorressem na tentativa de escravizar os índios.¹⁹ Além disso, os padres eram oposição aos colonos que pregavam a necessidade de escravos como 'conditio sine qua' para que o Brasil progredisse.²⁰ E isso lhes custava muito caro.

"Onde quer que há índios teem os Padres muitos contra si... onde lhes não faltam perseguições, e molestias, porque resistem quanto podem aos agravos notaveis, que, por cobiça, fazem aos índios, cativando-os, ferrando-os e vendendo-os contra a vontade de Deus e de S. Mage; mas porque é por tão justa causa sofrem tudo, e não desistem, per não haver outrem que tome por eles".²¹

Conforme o direito do padroado, era o rei de Portugal quem decidia sobre o governo da Igreja no Brasil. Esse direito foi conferido pela bula papal

18 Cf. *História da Igreja no Brasil*: primeira época. Petrópolis, Vozes, 1980. Segundo Caio PRADO JUNIOR, "os missionários possuíam objetivos próprios, de cunho religioso e divorciados dos fins imediatos da colonização em si, buscando, em primeiro lugar, a fé e o atendimento aos interesses da Igreja e respectivas Ordens". (Cf. em *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, 1963. p. 84). Sobre toda a problemática da evangelização, veja-se: SUESS, Paulo (org.). *Queimada e Semeadura*: da conquista espiritual ao descobrimento de uma nova evangelização. Petrópolis, Vozes, 1988.

19 Cf. "Capítulos de Gabriel Soares...", documento já citado, na Resposta à 13ª Informação.

20 Ibidem, 44ª Informação.

21 Ibidem, Resposta à 29ª Informação.

"Aequum reputamus", de Paulo III. ²² Amplamente utilizado, esse direito gerava também custos à Coroa.

*"A manutenção dos primeiros padres e dos que vieram até a fundação dos colégios, El-Rei Dom João de Boa Memória lha mandava dar, scilicet, um tanto de mandioca e arroz e um cruzado cada mês, para cada um, como se pode ver nos livros da fazenda".*²³

Neste regime de crmandade, portanto, era o rei quem tinha a missão de conquistar o "mundo novo" e cristianizá-lo segundo o interesse do país e da política portuguesa. Em decorrência dessa investida para a "conquista espiritual" é que surgiram, também os colégios de ensino no Brasil.

*"(...) A intenção que teve S.A. em fundar colégios no Brasil não foi abrir estudos pera os filhos dos portugueses, senão criar ministros pera a conversão, que é tanto sua obrigação, como consta dos padrões, que não põem aos Padres obrigação de ter escolas nenhuma... Além dos Padres cumprirem com esta obrigação (ser remédio para as almas) vendo a muita necessidade que havia de doutrina e quanto serviço se fazia a Deus e aos moradores, puseram escolas sem ter a isso obrigação, onde, desde as primeiras letras, criam homens que muito sirvam a Deus e ao próximo... Nos outros colégios aprendem até poderem ir a êsses estudos gerais, a ouvir artes e teologia..."*²⁴

Em suma, o projeto colonial dos jesuítas situa-se na tentativa de aculturação dos índios das aldeias, de formação da juventude dos colégios²⁵ e de "conquista espiritual do novo mundo". Na verdade, essas três tentativas se relacionam profundamente. A pregação da fé católica entre os pagãos era mais viável através do ensino, especialmente da alfabetização dos filhos dos índios e dos portugueses. Vejamos mais pormenorizadamente esse ensino jesuítico.

22 HOORNAET, E.. A Crmandade Durante a Primeira Época Colonial. In: *História da Igreja no Brasil*. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1979. p. 160-164.

23 Cf. "Capítulos de Gabriel Soares...", documento já citado, na Resposta à 2ª Informação.

24 Cf. "Capítulos de Gabriel Soares...", documento já citado, na Resposta à 27ª Informação.

25 PALACÍN, Luís. Sociedade Colonial: 1549 a 1599, *Op. cit.*, p. 286.

2. O ENSINO NO BRASIL COLONIAL

O ensino, no Brasil colonial, era estritamente vinculado à Igreja e sustentado em grande parte pela Coroa portuguesa,²⁶ embora gradativamente os colégios tenham encontrado alternativas próprias de auto-sustentação. Especialmente com a marcante presença dos jesuítas, a Igreja criou muitos colégios e escolas. Contudo, não é exato pensar que o ensino no Brasil apenas tenha começado com a chegada dos inicianos.

"Desde a fundação das Capitâneas, nas vilas e povoações, não faltaram mestres das primeiras letras, que eram clérigos ou leigos. Não seria verossímil que número elevado de brancos, alguns de ilustre prosápia, sofressem criar os filhos analfabetos. Antes da fundação dos colégios dos jesuítas, brancos, mamelucos e mesmo alguns índios já haviam aprendido na terra a ler e escrever".²⁷

Além de leigos, clérigos e jesuítas, também outras congregações e ordens religiosas se dedicaram à promoção e organização do sistema de educação colonial, como, por exemplo, os franciscanos.²⁸

É importante não ignorar a economia colonial brasileira como dominante de todo este contexto. Ela se baseava na grande propriedade e na mão-de-obra escrava, e isso tinha implicações na ordem social, política e educacional. A família patriarcal e a autoridade sem limites dos donos de escravos permitia que estes importassem formas de pensamento e idéias dominantes na cultura medieval europeia. Com isso o branco colonizador se impunha ainda mais, reafirmando sua origem europeia sobre a população

26 No caso dos jesuítas, rapidamente eles mesmos passaram a prever o financiamento do sistema escolar. Cf. em BERGER, Manfredo. *Op. cit.*, p. 165.

27 RUBERT, Ariando. *A Igreja no Brasil: origem e desenvolvimento (Século XVI)*. RS Pallotti, 1981. p. 247. Vol. I. Gilberto Freyre também concorda com a afirmação de que o ensino não era exclusivo monopólio dos jesuítas, inclusive quando já era frequente a existência do escravo negro no Brasil. Ele afirma: "Os pretos e pardos do Brasil não foram apenas companheiros dos meninos brancos nas aulas das casas-grandes e até nos colégios; houve também meninos brancos que aprenderam a ler com professores negros. A ler e a escrever e também a contar pelo sistema da tabuada cantada". Cf. Gilberto FREYRE, *Casa Grande & Senzala: o escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro*. 6ª ed, Rio de Janeiro, José Olympio, 1950, p. 677. 2º vol.

28 PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. 4 ed., São Paulo, Loyola, 1987. p. 57. Ainda assim, aos jesuítas é que se dá mais destaque não somente porque franciscanos, carmelitas e beneditinos vieram mais tarde ao Brasil como, também, porque, fiéis à tradição monacal, mantinham um maior isolamento do povo (Cf. em Fernando AZEVEDO, *A transmissão da Cultura*. São Paulo, Melhoramentos/MEC, 1976. p. 11). Cumpre notar, no entanto, segundo Gilberto Freyre, "que para os indígenas teria sido melhor o sistema franciscano que o dos jesuítas". (Cf. na sua obra já citada, Vol. 1, p. 299.)

nativa, negra e mestiça. Além de deter o poder político e econômico, era preciso, também, deter os bens culturais importados. E isso permitiu que na colônia vigorassem hábitos aristocráticos de vida, procurando-se imitar os hábitos da camada nobre portuguesa.²⁹ E o sistema educacional era o principal canal de consolidação do etnocentrismo, ou da importação e imposição da cultura européia.

2.1 Os Jesuítas e o Ensino Colonial Brasileiro

Em 15 de agosto de 1535, na capela de Mont-marte, foi formada a Companhia de Jesus por Inácio de Loyola e seus seis companheiros. A confirmação oficial da Companhia só aconteceu em 1540, por Paulo III. Já agonizava a tardia idade média e a Igreja ainda sofria com a decadência da vida eclesiástica e do poder do papado. Tinha-se vivido os problemas do conciliarismo e da reforma e, agora, emergia o movimento renascentista.³⁰ Para contornar essa problemática, especialmente da Reforma, novas ordens religiosas surgiram, a espiritualidade foi renovada pelos místicos (Santa Teresa d'Ávila, São João da Cruz), foi promovido o Concílio de Trento, fundou-se a Companhia de Jesus, a autoridade do papa foi reforçada, foi acentuada a ortodoxia na doutrina tradicional, os protestantes passaram a ser perseguidos, organizou-se o índice para censurar livros, restaurou-se a inquisição, a disciplina interna se enrijeceu, foram enviados missionários a todos os países não-católicos e as regiões dominadas pelo protestantismo, a Igreja Católica buscou reconquistá-las através da educação. Além disso, a Inquisição impediu que a Reforma Protestante atingisse outros países, por exemplo, Portugal e Espanha.³¹ Essa problemática interna da Igreja Católica não pode ser desconhecida ao destacarmos os jesuítas como os mais importantes vultos do ensino colonial.

Com apenas nove anos de existência canônica, a Companhia de Jesus aportou na Bahia junto ao 1º governador-geral Tomé de Souza.

29 ROMANELLI, Otáiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 9 ed., Petrópolis, Vozes, 1987. p. 33. É importante, aqui, rever a posição da autora ao acentuar o poder dos donos de terra no período colonial. Na verdade, não era a terra quem concedia poder a seus respectivos donos, mas os escravos, então considerados a real riqueza produtiva. Maior aprofundamento sobre a fonte do poder no regime escravocrata veja-se em: MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 3 ed., São Paulo, Hucitec, 1986. p. 9-34; CARDOSO, Ciro Flamarion S.. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1982.

30 Maiores comentários sobre a tardia Idade Média (1294-1517), veja-se em: BIHLMEYER, Karl; TUECHLE, Hermann. *História da Igreja* (Kirchen Geschichte). Trad. de Eblon de Lima, São Paulo, Paulinas, 1964. especialmente nas páginas 347-489. Vol. 2.

31 ARRUDA, José Jobson de A. *História Moderna e Contemporânea*. 3 ed., São Paulo, Ática, 1975. p. 43.

Traziam na bagagem a perspectiva da Contra-Reforma, a tradição medieval, a cultura européia, o espírito de missão e a estratégia de conquista da Cristandade. Inauguraram em 1549 não só o ensino sistematizado como, também, a fisionomia de toda uma cultura e civilização. E de 1549 a 1553 esses mesmos jesuítas que chegavam ao Brasil já estavam entre as primeiras legiões de missionários que vinham catequisar o gentio em “terras desconhecidas” (desconhecidas ao colonizador branco, é claro!). Na medida em que se expandia o domínio territorial português, concomitantemente se tecia um vasto sistema educacional dos jesuítas.

“Para se ter idéia do plano que traziam e da rapidez com que entraram em ação, basta lembrar, com Serafim Leite, que na Bahia, enquanto se fundava a cidade do Salvador, quinze dias depois de chegarem os jesuítas, já funcionava uma escola de ler e escrever - início daquela política de instrução que eles haviam de manter inalterável através dos séculos de abrir sempre uma escola onde quer que erigissem uma igreja”³²

Essa tarefa política vertiginosa era duplamente exaustiva e contraditória: ao mesmo tempo que procuravam, no seu sonho imperialista, implantar ‘valores’ à cultura indígena que gradativamente se desmantelava, também procuravam restaurar e manter integralmente a civilização ibérica, que na Colônia se dissolvia devido à convivência com indígenas e africanos e às ameaças de invasões estrangeiras.³³ Nesse amplo e complexo contexto, o missionário foi tanto o destruidor de culturas não-europeias do século XVI ao atual,³⁴ quanto exerceu poderosa influência sobre a família patriarcal.

Na família patriarcal o ‘pater familias’ mantinha o princípio da hierarquia, o sentimento de autoridade, a rígida disciplina, o governo dos latifúndios, a administração da justiça e da política de sua região. As mulheres, segundo o depoimento de Saint-Hilaire, estavam numa situação de inferioridade, de ausência de vida social, geralmente analfabetas, com escassa liberdade e formadas para a insociabilidade.³⁵ As três carreiras que os filhos da família patriarcal seguiam eram: ao primogênito, seguir o destino paterno como herdeiro do morgado; ao segundo filho, seguir a carreira de letrado, começando com os estudos no colégio e concluindo-os na Europa; e o terceiro filho entrava na Igreja, professando aos 15 anos num convento, num colégio, ou envergando a batina num seminário. Fazia-o padre a mãe piedosa. Mas a influência da Igreja ainda não se esgotava

32 AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.*, p. 11

33 *Idem ibidem*, p. 18

34 *Idem ibidem*, p. 17

35 *Idem ibidem*, p. 21, nota n. 5.

nisso. Ela se estendia por toda a Casa-Grande, através dos capelães e dos tios-padres, especialmente a partir do século XVII. Contra a postura política dos jesuítas, que desde o início tiveram nos senhores de engenho seus grandes rivais, os outros clérigos e frades se acomodaram às funções de capelães, padres-mestres, tios-padres, padrinhos de meninos na confortável vida da Casa-Grande.

*"No Brasil, a catedral ou a igreja mais poderosa que o próprio rei seria substituída pela casa-grande de engenho. Nossa formação social, tanto quanto a portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou de fé religiosa... Mas a Igreja que age na formação brasileira, articulando-a, não é a catedral com seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a igreja isolada e só, ou de mosteiro ou abadia, onde se vão açoitar criminosos e prover-se de pão e restos de comidas mendigos e desamparados. É a capela de engenho. Não chega a haver clericalismo no Brasil. Esboçou-se o dos padres da Companhia para esvair-se logo, vencido pelo oligarquismo e pelo nepotismo dos grandes senhores de terras e escravos."*³⁶

O ensino jesuítico ocorreu neste amplo e complexo contexto, tanto de experiência européia de Contra-Reforma e Cristandade, quanto numa situação colonial de escravidão dos índios, formação de vilas, confronto com outros projetos coloniais, política de implantação de colégios, convivência com a família patriarcal e com a Casa-Grande, frouxidão na disciplina celibatária dos demais clérigos³⁷, exigência de adaptação às línguas indígenas, etc. Era preciso traçar estratégias para o ensino ao Brasil-colônia.

2.1.1 Estratégias de Ensino dos Jesuítas

Gilberto Freyre conta que a atenção fundamental dos jesuítas, assim que chegaram ao Brasil, foi de "educarem" o menino indígena.

"O culumin, o padre ia arrancá-lo verde à vida selvagem: com dentes apenas de leite para morder a mão intrusa do civilizador; ainda indefinido na moral e vago nas tendências. Foi, pode-se dizer, o eixo da atividade missionária: dele o jesuíta fez o homem artificial que quis".³⁸

36 FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, Vol. 1, p. 363-364

37 "Raros, entre nós, os eclesiásticos que se conservaram estéreis; o grande número contribuiu liberalmente para o aumento da população...". Cf. FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, Vol. 2, p. 725.

38 FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, Vol. 1, p. 301

Inserido forçadamente no processo civilizador europeu, o culumin se tornou cúmplice do colonizador e inimigo dos pais, dos pajés e dos maracas sagrados. E da boca desses meninos indígenas é que se recolheu o material para formar a língua tupi-guarani, o instrumento mais poderoso de intercomunicação entre a cultura do colonizador e a cultura do colonizado. Foi através do conhecimento dessa língua que se tornaram possíveis as primeiras relações sociais e comerciais.

Além do recurso à língua, os padres faziam procissões com culumins cristianizados, utilizavam a música, a poesia e o teatro para doutrinar, a convivência nas aldeias e, mais tarde, a criação das reduções.³⁹

Quanto à estratégia de ensino utilizada nos colégios (considerando que o próprio culumin também neles estudava), esta foi melhor explicitada pela 'Ratio Studiorum'⁴⁰, publicada em 1599 pelo Pe. Geral Cláudio Aquaviva. Alguns aspectos da Ratio mostram a preocupação com: a) a formação voltada para o conhecimento religioso (Regras do Provincial, n. 1); b) a formação de professores que tivessem competência, erudição, aplicação aos estudos e zelo pelo progresso dos alunos (Regras do Provincial, n. 4); c) repetição do conteúdo (Regras do Prefeito de Estudos Inferiores, n. 8, § 4); d) uniformidade no modo de ensinar (Regras do Prefeito de Estudos Inferiores, n. 5); e) abundância de livros previamente estabelecidos por uma lista prevista pelo Reitor (Regras do Prefeito de Estudos Inferiores, n. 27 e 28); f) utilização do recurso de prêmio e castigo (Regras do Prefeito de Estudos Inferiores, n. 35 e 42); g) exclusão de tudo aquilo que se opõe à doutrina católica (Regras do Professor de Filosofia, n. 1 a 6), etc.

Tanto a didática, quanto o conteúdo, a formação dos mestres, o uso de livros, a estrutura curricular, a organização disciplinar, o organograma da Companhia de Jesus (Geral, Provincial, Reitor, Prefeito dos Estudos Superiores, Bedel, professores, alunos), tudo isso estava em função da formação voltada para a doutrinação católica.

"Objetivo dos estudos da Companhia. - Como um dos ministérios mais importantes de nossa Companhia é ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Cristo e Redentor nosso, tenha o Provincial como dever seu zelar com

39 FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 300-310. Para aprofundar sobre as "reduções" veja-se o artigo de Bartolomeu MELIA, *As Reduções Guaraníticas: uma missão no Paraguai colonial*. In: SUESS, Paulo (org.). *Queimada e Semeadura*, *Op. cit.*, p. 76-88. Também, veja-se Fernando AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 44, nota 21.

40 Veja-se a publicação da Ratio Studiorum em: FRANCA, Leonel. *Método Pedagógico dos Jesuítas*. São Paulo, Agir, 1952.

todo empenho para que aos nossos esforços tão multiformes no campo escolar corresponda plenamente o fruto que exige a graça da nossa vocação". (Regras do Provincial, n. 1).

2.1.2 O Conteúdo e os Tipos de Escola

Para a alfabetização dos filhos dos índios e dos portugueses criaram-se escolas de ler e escrever, e para aprender Moral, Filosofia e Línguas Clássicas (e parte da Teologia) foram criados os Colégios.⁴¹ Em todos os colégios também existia o curso elementar, onde se ensinava a ler, escrever e contar. Além disso, é importante distinguir entre as Escolas (ou Colégios de Meninos), que eram uma espécie de orfanato com o ensino das primeiras letras e, às vezes, o ensino de humanidades, e os Colégios propriamente ditos, destinados ao "grande público". No Colégio de Meninos estudavam os órfãos trazidos de Lisboa e os filhos de índios e mamelucos; nos Colégios estudavam os filhos dos portugueses e, mais tarde, os clérigos.⁴²

O ensino aos indígenas aldeados nas imediações dos núcleos de povoação portuguesa geralmente reduzia-se à catequese, provavelmente ao ensino agrícola e ao manejo dos instrumentos agrários rudimentares, raramente abrangendo a leitura e a escrita. A importância dada à alfabetização, portanto, ainda era muito pequena. Até mesmo em Portugal o analfabetismo dominava tanto as massas populares e a pequena burguesia, quanto a alta nobreza e a família real. Já com o regime escravagista implantado no Brasil, ao negro era vedado participar do sistema formal de ensino. Sua formação se dava somente através dos sermões.⁴³

O ensino colonial se caracterizava pela mera erudição.

"O apego ao dogma e à autoridade, a tradição escolástica e literária, o desinteresse quase total pela ciência e a repugnância pelas atividades técnicas e artísticas tinham forçosamente de caracterizar, na Colônia, toda a educação modelada pela Metrópole..."⁴⁴

41 BERGER, Manfredo. *Op. cit.*, p. 165.

42 RUBERT, Arlindo. *Op. cit.*, p. 247.

43 PAIVA, Vanilda Pereira. *Op. cit.*, p. 56-57. Lembremos que Gilberto Freyre não concorda totalmente com a visão desta autora. Cf. a nota 27 desta nossa reflexão.

44 AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.*, p. 24.

Após o curso elementar de ler, escrever e contar seguia-se o curso de Gramática (ou de humanidades). Neste curso predominava o latim e havia, também, o estudo da língua tupi (o grego e o hebraico eram poupados aos alunos do Brasil). Terminado o curso de Humanidades seguia-se o de Filosofia (ou de Artes), em que se estudava lógica, matemática, física, metafísica e ética.⁴⁵ Esse curso de Filosofia, devido a sua pequena procura, funcionava em caráter extraordinário, ou seja, a cada quatro anos começava uma nova turma que era acompanhada até a sua conclusão em três anos. Em 1575 receberam o título de bacharel os primeiros formandos. Para os clérigos foi, também, introduzido o curso de Teologia. O primeiro teve início em 1575.⁴⁶ Foi dividido em Teologia Moral (com lições de casos) e em Teologia Dogmática (ou Especulativa).⁴⁷

Certamente os progressos de toda esta formação eram bastante modestos, pois nem professores nem alunos superavam a mediocridade do meio. Dos estudantes informava Cardim: *“Os estudantes nesta terra, além de serem poucos, também sabem pouco, por falta dos engenhos e não estudarem com cuidado, nem a terra dá de si por ser relaxada, remissa e melancólica, e tudo se leva em festas cantar e folgar”*.⁴⁸

Embora sob esse condicionamento real, descontando que Cardim tinha como referência a realidade europeia, as escolas dos jesuítas tiveram um crescimento significativo. Dentre os fatores que permitiram o “sucesso pedagógico” dos jesuítas no Brasil colonial podemos destacar: a) eram considerados os mestres mais hábeis e experimentados da Europa, não somente devido à organização mas, também, ao método de ensino e ação; b) além da educação “popular” também formavam a classe dirigente (incluindo o clero), tendo, portanto, a preparação das elites culturais, sociais, políticas e eclesiásticas a seu favor; c) os princípios e o plano pedagógico fixados nos regulamentos e, mais tarde, na *Ratio Studiorum*, davam base para uma ação planejada e eficaz do ponto de vista colonial.⁴⁹

45 RUBERT, Arlindo. *Op. cit.*, p. 248

46 PALACÍN, Luís. *Sociedade Colonial: 1549 a 1599, Op. cit.*, p. 289-290.

47 RUBERT, Arlindo. *Op. cit.*, p. 248.

48 CARDIM, Fernão. *Informação da Província do Brasil*. p. 411. Citado por Luís PALACÍN, *Sociedade Colonial, Op. cit.*, p. 288.

49 AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.*, p. 28-29, nota 12.

3. A INEXISTÊNCIA DO ENSINO JESUÍTICO NO GOIÁS COLONIAL.

O desbravamento do Brasil Central começou a partir do século XVI, com a penetração das bandeiras. Na região goiana a entrada se deu sob duas frentes: a paulista e a amazônica. A entrada paulista ocorreu por expedições numerosas e de forma provisória. As expedições vindas da frente amazônica, partindo do Pará, foram realizadas pelos jesuítas, percorrendo extensos trechos da região do Araguaia-Tocantins.⁵⁰ Na amazônia os jesuítas tinham criado um sistema bem estruturado de "aldeias" de aculturação indígena. Foi com a finalidade de buscar índios para estas aldeias que os jesuítas organizaram estas expedições fluviais. Porém, nem bandeirantes, nem jesuítas vinham se fixar em Goiás.⁵¹ Serafim Leite diz que *"embora não chegassem até ao atual território goiano, a primeira entrada dos jesuítas no Rio Tocantins foi a do Padre Antônio Vieira, levando consigo os Padres Francisco Veloso, Antônio Ribeiro e Manuel de Sousa, em 1653. É de grande importância para a história goiana porque deixou cartas que descrevem como se faziam estas expedições fluviais, servindo, pois, de protótipo para ajuizar-se as demais parcamente descritas"*.⁵²

Depois disso, outras expedições sucederam-se: em 1658 foi a do Padre Tomé Ribeiro, que chegou aos Karajá que habitavam às margens do Rio Araguaia; em 1659 foi feita outra expedição pelo Padre Manuel Nunes, que praticamente iniciou a obra de evangelização na região; em 1671 aconteceu a expedição do Padre Raposo Tavares; e, já em 1674, a expedição do Padre Raposo Tavares nos dá o exemplo de que sintomática e rotineiramente se passou a organizar estas expedições. O referido padre veio de Lisboa com o encargo do rei de levar uma mensagem real aos paulistas da bandeira de Sebastião Paes de Barros. Esta bandeira estava procurando ouro nas cabeceiras do Tocantins. Saiu de Belém em dezembro de 1674, com quase 350 pessoas, sendo 300 índios. Ao chegar ao acampamento dos paulistas, estes já haviam se retirado. Ao retornar, aproveitou para 'descer' quase mil índios aruaques às aldeias do Pará.⁵³

50 CHAIM, Marivone Matos. *Os Aldeamentos Indígenas na Capitania de Goiás (1749-1811)*. Goiânia, Oriente, p. 18-19.

51 PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás: 1722-1972*. 4 ed., Goiânia, UCG, 1986. p. 6-7.

52 LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, 1943. p. 316. Vol. 3.

53 LEITE, Serafim. *Op. cit.*, p. 344.

Em 1721 vieram os padres Manuel da Mota e Jerônimo da Gama. Com estes fechou-se o ciclo da atividade jesuítica no Rio Tocantins, importante mais pelo aspecto da compreensão da penetração em Goiás que pelo aspecto de aldeamento.⁵⁴

No período colonial, portanto, os jesuítas não chegaram a efetivar suas atividades, uma vez que foram expulsos do Brasil logo após o início da exploração do solo goiano. Em 1759, em consequência do iluminismo europeu, o ministro Marquês de Pombal expulsou os jesuítas de Portugal e de suas colônias. Dois elementos de propaganda eram usados contra os jesuítas: o monopólio do ensino que eles detinham desde 1555 e a miséria econômica e intelectual do reino, a eles atribuída.⁵⁵ O objetivo dessa campanha ideológica visava, evidentemente, preparar os sucessivos golpes contra a Companhia de Jesus: a privação da direção das aldeias de índios da amazônia em 1755 e, em todo o Brasil, no ano de 1758; a nomeação de um visitador-reformador em 1758; a expulsão dos jesuítas de Portugal e de todas as terras sob o domínio português no ano de 1759; a expulsão dos jesuítas da França e Espanha em 1762 e 1767; e, finalmente, a extinção da Ordem no ano de 1773. Toda essa perseguição aos jesuítas pode ser compreendida a partir do contexto dos governos iluministas, que visavam submeter a Igreja ao Estado, limitando sua autonomia.⁵⁶ Ela pertencia ao Antigo Regime, defensora do absolutismo de direito divino, dos privilégios das ordens sociais, da intolerância religiosa, da desigualdade tributária, etc. Tudo isso já passava a ser inconcebível na medida em que emergia o Estado moderno, o progresso dos estudos científicos e a Revolução Industrial.⁵⁷

54 CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.*, p. 20

55 AZEVEDO, Fernando. *Op. cit.*, p. 45.

56 PALACÍN, Luis. *Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia, UFG, 1983. p. 16-17.

57 Sobre a crítica ao Antigo Regime veja-se em: ARRUDA, José Jobson de. A. *Op. cit.*, p. 137-141; FORTES, Luiz R. Salinas. *O Iluminismo e os Reis Filósofos*. 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1982; AQUINO, Rubim Santos Leão de et alii. *História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. 2 ed., Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, s.d., p. 106-112.

Para um estudo sobre o surgimento do Estado Moderno, veja-se os estudos de Max WEBER, *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1979; e *Ensaio de Sociologia* (From Max Weber: *Essays in Sociology*). Trad. de Waltensir Dutra, 5 ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1982. Para comentários da leitura weberiana do Estado moderno, veja-se: SCHWARTZMAN, Simon. *Representação e Cooptação Política no Brasil*, em *Revista Dados*. n. 7, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1970. p. 9-41; e, do mesmo autor, *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. DF, UNB, 1982. Também, de Reinhard BENDIX, *Max Weber: um perfil intelectual*. DF, UNB, 1986.

Mas todo esse movimento contrário aos jesuítas, que os levou a serem expulsos, teve conseqüências desastrosas na Colônia, uma vez que a reforma pombalina tinha em vista, principalmente, a situação da Metrópole. Uma administração centralizada na Metrópole não tinha condições de fiscalizar e orientar as novas escolas que se pretendia criar neste primeiro ensaio de secularização do ensino.⁵⁸ E isso prejudicou não somente a educação popular, mas atingiu, inclusive, o ensino às elites coloniais. Frente a isso nos perguntamos: - Qual era a intenção subjacente da política portuguesa ao tomar essa atitude que prejudicava a colônia? A evidência histórica nos mostra que o isolamento cultural da Colônia e o condicionamento à exploração precária de suas riquezas naturais retardaria a sua emancipação da Metrópole, e isso tudo era muito oportuno à lucratividade de Portugal.⁵⁹

A extensão da medida de Pombal em expulsar os jesuítas chegou no Goiás em setembro de 1758, quando João Manoel de Melo foi nomeado com terceiro governador. No dia 17 de outubro do mesmo ano esse governador recebeu "instruções secretíssimas" através de um documento redigido em nove capítulos. Nesse documento duas medidas deviam ser assumidas pelo governador: abortar o plano de subversão tramado pelos jesuítas e instaurar um processo sobre a corrupção do governador demissionário, D. Alvaro Xavier Botelho de Távora. Jesuítas e Távora, casualmente, eram os dois objetos maiores do ódio de Pombal.

Em Goiás havia somente dois jesuítas em 1758: um ficava no norte, e fora das aldeias que se tinham esvaziado depois da revolta; outro ficava nas aldeias do sul - aldeias quase extintas após quinze anos de guerra contra os caiapós. Era inconcebível, portanto, que estes jesuítas fossem uma real ameaça ao Estado, e que tivessem a capacidade de construir um "império na América Meridional". Quando foram expulsos de Goiás, no entanto, a propaganda contra eles permaneceu, atribuindo-lhes novos e ainda maiores malefícios.⁶⁰

Todo esse tumultuado processo fez com que o ensino chegasse a Goiás em 1787, através das aulas régias, tendo como professor oficial Bartolomeu Antônio Cordovil. No fim do século XVIII existiam em Goiás oito professores e praticamente não existiam escolas, considerando o número de seus habitantes: 50.574.⁶¹

58 BERGER, Manfredo. *Op. cit.*, p. 166.

59 PAIVA, Vanilda Pereira. *Op. cit.*, p. 58-59.

60 PALACÍN, Luis. *Subversão e Corrupção*, *Op. cit.*, p. 7-16.

61 PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *Op. cit.*, p. 73.

Como vemos, as medidas de Pombal pouco alteraram o ensino em Goiás. Mesmo após a independência, a situação do ensino goiano era análoga à do início da Baixa Idade Média, onde os sacerdotes constituíam o único grupo profissional detentor de certo grau de educação formal. Isso explica, talvez, sua presença tão marcante na política, tanto antes quanto nas duas décadas seguintes à independência: dois dos três primeiros presidentes goianos foram padres; seis dos treze membros do Conselho da Província também o eram.⁶² Longe estava a proposta iluminista do Estado Moderno. Ainda assim, longe permaneceu o ensino dos jesuítas do período colonial pré-pombalino no estado de Goiás.

CONCLUINDO

Esta foi a trajetória de 210 anos de ensino jesuítico no Brasil colonial. Foram dois séculos que configuraram toda a fisionomia da conquista e que se estenderam até o início do nosso século. Olhando (no sentido socrático do olhar - 'theorein') para o conjunto dessa colonização, na qual o ensino foi um dos importantes componentes ideológicos de conquista (reservando-se sua especificidade), podemos afirmar com E. Dussel:

*"A América Latina (e nela o Brasil) fica, assim, meta-fisicamente colocada em situação dis-tinta, única, irrepetível. É o único grupo sócio-cultural dependente que tem em sua constituição uma 'cristandade colonial'."*⁶³

Compreender essa cristandade supõe, também, conhecer a instituição que a sustentou. Mas, como insiste Serafim Leite, para redigir a história de uma instituição é preciso que o primeiro esforço seja para compreender seu espírito.⁶⁴ Daí a importância em perceber e discernir as diferentes tendências existentes no interior de um mesmo projeto colonial, as especificidades do ensino jesuítico, a importância à história regional e a delimitação de um corte temporal que explicita com mais propriedade uma determinada política de ensino.

62 PALACÍN, Luis. *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás*. Goiânia, Ceme, 1986. p. 51-52.

63 DUSSEL, Enrique D. *Método para uma Filosofia da Libertação*. Trad. de Jandir Zanotelli, São Paulo, Loyola, 1986. p. 238.

64 Esse comentário é feito por Serafim Leite na apresentação aos "Capítulos de Gabriel Soares...", documento já citado, na p. 344.

Para além da estrita discussão metodológica e científico-pedagógica do ensino colonial pré-pombalino, porém, urge que se faça uma profunda revisão, 500 anos depois, de todo o processo colonizador no qual esse ensino esteve inserido. Isso para que sejam resgatadas outras 'ocasiões perdidas' não citadas por Garaudy⁶⁵, mas que nos forcem a 'con-firmar' a afirmação: "o ocidente é um acidente". Nesta história de morte prematura, numa viagem com mais naufragos que navegantes,⁶⁶ também disso se tira uma "lição": todo ensino não submetido a uma apreciação ética incorre em formar dóceis acólitos curumins, resignados e instrumentalizados a um projeto colonizador mais amplo, gerador de sofrimento e de morte.

65 Cf. GARAUDY, Roger. *O Ocidente é um Acidente: por um diálogo das civilizações*. Trad. de Virgínia da Mata-Machado, Rio de Janeiro, Salamandra, 1978. p. 54-74.

66 Essa expressão é extraída, proposital e significativamente, da obra de Eduardo GALEANO, *As Veias Abertas da América Latina*. Trad. de Galeano de Freitas, 23 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 188.